

## Volta do Anacleto faz novo apelo contra fechamento de estrada

A luta continua para os moradores da Volta do Anacleto, no interior de Montenegro, que estão ameaçados de terem bloqueado seu principal acesso à BR-386, a Tabai-Canoas, em virtude da construção da nova praça de pedágio. A revolta das famílias foi manifestada diretamente às autoridades federais, nesta quinta, por meio de uma conferência on-line com a Comissão de Viação e Transportes (CVT) da Câmara dos Deputados.

A comunicação direta com Brasília foi proporcionada pela Câmara de Vereadores, que disponibilizou todo o aparato técnico para viabilizar a interação com os parlamentares. A atividade foi concretizada graças a um requerimento proposto pelo deputado federal Pompeo de Mattos (PDT). Estava em pauta na Comissão o debate sobre os impactos negativos da implantação de praças de pedágio junto à BR-386, na altura do Km 426 (Volta do Anacleto) e na BR-101 (altura do bairro Caravaggio, em Três Cachoeiras).

Pompeo ressaltou que o objetivo era discutir a instalação de passarelas, túneis e vias de acesso ao longo destas estradas, para atender aos moradores das margens. Liderados pelo suplente de vereador Paulo Azeredo (PDT), os representantes da comunidade compareceram organizados, portando fai-

xas e bandeiras. Na mesa de trabalho, estavam o gerente de Regulação e Outorga da Agência Nacional dos Transportes Terrestres (ANTT), Marcelo Fonseca Cardoso, e o representante da concessionária CCR Via Sul, Bruno Ferreira.

Pompeo exibiu um vídeo sobre o problema, que envolve o fechamento da Estrada Pedro Ost, existente há mais de 35 anos e utilizada por cerca de 200 pessoas diariamente. Com o fim do acesso à BR, ela perde a função e os moradores terão de fazer um deslocamento extra de, no mínimo, seis quilômetros.

O representante da CCR ViaSul, Bruno Ferreira, afirmou que a Praça está exatamente no local determinado pelo estudo de viabilidade. Quanto ao fechamento dos acessos num raio de um quilômetro ao redor das cancelas, a orientação consta no Manual de Rodovias. “A legislação precisa ser cumprida”, defendeu.

Conforme o gerente de Regulação e Outorga da ANTT, Marcelo Fonseca Cardoso, o processo começou em 2015, com a elaboração do Estudo de Viabilidade. Ele observa que é comum certo impacto na instalação das Praças de Pedágios. Por outro lado, lembrou que a instalação já está em estágio avançado, e que uma mudança de posicionamento não mais acontecerá.

## Estrada tem 35 anos

O deputado Pompeo disse que os moradores não podiam reclamar de algo que sequer sabiam, como o fechamento de um acesso existente há mais de 35 anos. “Nas audiências públicas, em nenhum momento, foi tratado com clareza, por exemplo, que iriam fechar acessos como o de Montenegro”, apontou.

O suplente de vereador Paulo Azeredo (PDT) alertou que a decisão da CCR Via Sul, com aval a ANTT, vai acabar com uma comunidade de mais de 150 anos. “Que fique bem claro o pleito dos moradores: o acesso lateral, uma passarela para os que necessitam atravessar”, defendeu.

Para algumas famílias, será necessário percorrer até 20 quilômetros para chegar à Tabai-Canoas, por outra estrada que, em dias de chuva, acumula mais de um metro de água. Também questionaram se a decisão da CCR Via Sul não estaria desrespeitando o direito de ir e vir dos cidadãos que já utilizam este acesso há muitos anos.

Diante da constatação de que os apelos não sensibilizaram a concessionária e nem as autoridades federais, o deputado Pompeo de Mattos elevou o tom: “Podem se preparar, vocês da CCR Via Sul, porque as coisas não são simples assim. O bicho vai pegar!”. (MR)